



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Fazenda

**ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA FAZENDA
Contencioso Administrativo Tributário
Conselho de Recursos Tributários
1ª Câmara de Julgamento**

Resolução Nº 105 /2018

Sessão: 022ª Sessão Ordinária de 14 de maio de 2018

Processo Nº 1/1535/2016

Auto de Infração Nº: 1/201605650

Contribuinte: COMERCIAL DE MIUDEZAS FREITAS LTDA - 065909909

Conselheiro Relator: Leilson Oliveira Cunha

EMENTA: ICMS. OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. OMISSÃO DE INFORMAÇÕES NOS ARQUIVOS DA EFD. PECULIARIEDADE DO CASO EM CONCRETO.

1. FALTA DE ESCRITURAÇÃO DE NOTAS FISCAIS DE SAÍDAS E ENTRADAS NA DA EFD. 2. AUTUAÇÃO UNIFICADA PARA DUAS CONDUTAS INFRATORAS DIFERENTES: FALTA DE ESCRITURAÇÃO DE NOTAS FISCAIS DE ENTRADA NO LIVRO DE ENTRADA/EFD E OMISSÃO DE INFORMAÇÕES REFERENTE ÀS NOTAS FISCAIS DE SAÍDAS NOS ARQUIVOS DA EFD. 3. CONFIGURAÇÃO JURÍDICA DA AUTUAÇÃO IMPOSSIBILITA O REENQUADRAMENTO EM DUAS TIPIFICAÇÕES DISTINTAS SOB PENA DE INOVAÇÃO DO FEITO FISCAL. 4. NOVA REDAÇÃO DADA À PENALIDADE DO ART. 123, VIII, "I" DA LEI 12.670/96 PELA LEI 16.258/17, COMINANDO NOVA SANÇÃO DE 2% (DOIS POR CENTO) LIMITADOS A 1.000 UFIRCES POR PERÍODO DE APURAÇÃO. 5. CONTRIBUINTE RÉU CONFESSOR DECORRENTE DA AUSÊNCIA DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ORDINÁRIO E PAGAMENTO EFETUADO APÓS JULGAMENTO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA. 6. INCIDÊNCIA DE DESCONTOS LEGAIS NOS TERMOS DO INCISO II DO ART. 127 DA LEI 12.670/96 E INCISO I DO § 1º DO ART. 2º DA LEI 16.259/17 (REFIS). 7. DISPOSITIVOS INFRINGIDOS: ARTS. 276-A E 276-G DO RICMS. 8. PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 123, VIII "L" DA LEI 12.670/96 COM NOVA REDAÇÃO DADA PELA LEI 16.258/17, E CONSOANTE O ART. 106, II "C" DO CTN. 9. AUTO DE INFRAÇÃO **PARCIAL PROCEDENTE**, POR UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR E DO PARECER DA ASSESSORIA PROCESSUAL TRIBUTÁRIA ACOLHIDO PELO REPRESENTANTE DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, E CONTRÁRIO À DECISÃO SINGULAR.

PALAVRA CHAVE: ICMS. DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. OMISSÃO DE INFORMAÇÕES NOS ARQUIVOS DA EFD. **PARCIAL PROCEDENTE.**

RELATÓRIO

A acusação fiscal versa sobre o seguinte teor:

OMITIR INFORMACOS EM ARQUIVOS MAGNÉTICOS OU NESSES INFORMAR DADOS DIVERGENTES DOS CONSTANTES NOS DOCUMENTOS FISCAIS. AO CONFRONTARMOS AS INFORMACOES REPASSADAS PELO LABORATORIO FISCAL, JUNTAMENTE COM OS DADOS INFORMADOS PELO CONTRIBUINTE POR INTERMÉDIO DA ESCRITURACAO FISCAL DIGITAL-EFD, CONSTATAMOS QUE DIVERSAS OPERACOES DEIXARAM DE SER INFORMADAS PELO AUTUADO.(VIDE INFORMACOES COMPLEMENTARES)

Auto de Infração cobrando multa no valor R\$ 566.294,72 (quinhentos e sessenta e seis mil, duzentos e noventa e quatro reais e setenta e dois centavos). Período da infração: 02/2012 a 02/2013; 04/2013 a 09/2013; 11/2013 a 12/2013, tendo como dispositivo infringido art. 285 c/c 289 do Dec. 24569/97 e penalidade nos termos do art. 123, VIII, "L" da Lei 12.670/96. Base de Cálculo: R\$ 11.325.893,97.

Nas informações complementares a autoridade fiscal afirma que ao fazer a análise dos dados informados pelo Laboratório Fiscal, em relação as Notas Fiscais Eletrônicas destinadas ao contribuinte, bem como, as emitidas pelo próprio autuado, constatou que este deixou de informar dentro do prazo permitido diversas operações na Escrituração Fiscal Digital-EFD no período de fevereiro de 2012 a dezembro de 2013. Aduz, ainda, que ao realizar tais consultas nos arquivos transmitidos inicialmente pelo contribuinte por intermédio da EFD, verificou que quase todas as informações de valores estavam zeradas como se operações não tivessem sido realizadas, fatos estes não condizentes com os dados extraídos do laboratório fiscal. Informa que diante das citadas inconsistências, emitiu o Termo de Intimação 2016.01510, com intuito do contribuinte comprovar as escriturações dos citados documentos fiscais, e dentro do prazo concedido no referido Termo, foi informado que realmente as informações prestadas inicialmente na EFD foram incompletas, complementa, ademais, que após iniciada a presente ação fiscal, enviou os arquivos retificadores da EFD, desta feita informado valores diferentes de zero, não produzindo efeito tal retificação nos termos do art. 276-K do Dec. 24.569/97.

O contribuinte interpõe impugnação fiscal aduzindo resumidamente:

- a) Extinção do Processo sem julgamento de Mérito razão de *Bis in Idem* nos termos do Art. 87, inciso I, alínea "e" da Lei nº 15.614/2014. Constata-se que o agente fiscal lavrou o Auto de Infração nº 2016.05650 por "omitir informações em arquivos magnéticos ou nesses informar dados divergentes dos constantes nos documentos fiscais" durante o período de 02/2012 a 12/2013, ao mesmo tempo que o auto de infração nº 2016.05647, também lavrado contra a defendente, teve por objeto "falta de emissão de documento fiscal, em operação ou prestação acobertada por nota fiscal modelo 1 ou IA, NFE, NFVC, Série "D" ou cupom fiscal" para o período de 01/2012 a 01/2013. Desse modo, vê-se que para o período de 02/2012 a 01/2013 está caracterizada a figura jurídica do "bis in idem", vedada pela legislação quando violada alguma limitação constitucional;





- b) Para o valor remanescente, verifica-se que jamais poderia ter sido aplicada à Defendente a sanção proposta pela referida autoridade fiscal (art. 123, inciso VIII, alínea "L", da Lei nº 12.670/96. Admitindo por hipótese que a Expoente tenha deixado de efetuar a escrituração fiscal digital na forma exigida pela legislação, teria cabimento a inflição da penalidade prevista no art. 123, inciso VI, alínea "e", item 1, da Lei nº 12.670/96, a saber 600 (seiscentas Ufircos) por cada período de apuração quando se tratar de contribuinte inscrito no regime normal de recolhimento;
- c) Ao final, requer se digno de afastar a indevida cobrança para o período de 02/2012 a 01/2013, reconhecendo o *bis in idem* e, para o período remanescente, reconheça que houve equívoco na aplicação da sanção, vez que, caso se entenda que a conduta da Defendente merece se sujeitar a alguma sanção tributária, esta deve ser a prevista no art. 123, inciso VI, alínea "e", item 1, da Lei nº 12.670/96.

Em sede de julgamento de primeira instância, a autoridade julgadora decide procedência nos termos da autuação, afastando a preliminar de extinção razão de *bis in idem* em face de as autuações pertinentes ao AI 2016.05650 (omitir informações em arquivos magnéticos) e AI 2016.05647 (falta de emissão de documento fiscal) tratarem-se de matérias distintas. Aduz, em relação ao mérito, restar comprovado a omissão de informações em arquivos magnéticos da EFD com base nos arts. 289, 299, 300 e 314 do Dec 24.569/97 com a penalidade fixada (multa de 5%) no art. 123, VIII, "I" da Lei 12.670/96.

Intimado a realizar o pagamento do auto de infração ou a interpor recurso ordinário, nos termos do julgamento de primeira instância, e há que se ressaltar a não interposição do recurso aludido. É bem de ver que o autuado comparece aos autos, por seu representante legal, às fls. 76/77 peticionando "emissão do DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO ESTADUAL para PAGAMENTO À VISTA, até 30/6/2017, do valor de R\$8.282,90, referente à parte incontroversa do crédito tributário de que trata o auto de infração em epígrafe, considerando a redução da penalidade prevista pela Lei Estadual nº 16.258/2017 (art. 123, inciso VIII alínea "L", da Lei Estadual nº 12.670/96), assim como os descontos admitidos pela Lei Estadual nº 16.258/2017".

Às fls.80, colhe-se a informação da realização do pagamento à vista do crédito tributário, no valor de R\$ 828,28 (oitocentos e vinte e oito reais e vinte e oito centavos) considerando a redução da penalidade prevista pela Lei Estadual nº 16.258/2017 c/c os descontos estipulados pela Lei Estadual nº 16.259/2017, reportando a extinção do crédito tributário.

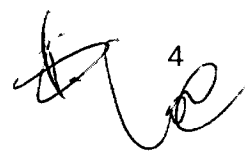
A Assessoria Processual Tributária manifesta-se pela parcial procedência inicialmente alertando que a penalidade indicada no auto de infração e ratificada no julgamento singular foi a prevista no art. 123, inciso VIII, alínea "L" da Lei nº 12.670/96, sendo alterada pela Lei nº 16.258/17, modificando-se a sanção por omitir informações em arquivo magnético, no ato da lavratura do auto de infração bem como na data do julgamento, correspondente a 5% (cinco pontos percentuais) sobre o valor das operações omitidas, modificada para 2% (dois pontos percentuais) e limitada a 1.000 Ufircos com o advento da Lei nº 16.258/2017. Assim considerado, procede aos cálculos do valor efetivamente a recolher e aplicando a sanção prevista no art. 123, inciso VIII, alínea "L" da Lei nº 12.670/96 com a alteração dada pela Lei

 3 

nº 16.258/2017, calculando-se 1.000 ufrices por período de apuração nos exercícios de 2012 e 2013, resultando o valor da multa em R\$ 4.915,58 (quatro mil, novecentos e quinze reais e cinquenta e oito centavos) mostrando-se superior ao valor recolhido pelo contribuinte, opinando pela intimação ao contribuinte para o recolhimento da diferença efetivamente devida e o valor recolhido.

O Parecer da Assessoria Tributária segue acolhido pelo representante da Procuradoria Geral do Estado – PGE.

Em apertada síntese, é o que se relata.

A handwritten signature in black ink, followed by the number '4'.

VOTO DO RELATOR

Conforme se depreende da acusação fiscal, a presente autuação resultou de conduta ilícita do contribuinte razão de não escrituração de notas fiscais de entrada e de saída em sua Escrita Fiscal Digital (EFD), infração esta evidenciada pelo cruzamento de dados/informações obtidos em sistemas fazendários de controle fiscal.

De início, convém ressaltar que a autoridade fiscal optou pela lavratura de único auto de infração para as duas condutas infratoras praticadas, tanto de não declaração de notas fiscais de entrada e de igual modo relativa às operações de saídas, juntando-se, ao final, os valores das operações objeto da autuação compondo-se, assim, única base de cálculo para a imposição da multa fixada em 5% (cinco por cento). Dada a configuração jurídica adotada pela autoridade lançadora expressa no auto de infração, há de ser analisado o presente lançamento de ofício conforme apontado na autuação em detrimento de análise separada de possíveis duas infrações configuradas de falta de escrituração de notas fiscais de entrada no Livro/EFD de entrada (art. 123, III, G) e de omissão de informações de notas fiscais de saídas nos arquivos da EFD (art. 123, VIII, L), ambas as sanções da Lei 12.670/96.

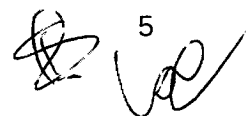
Assim posto, impossibilita-se juridicamente ao julgador fixar entendimento de duas infrações praticadas, sob pena de inovação ao feito fiscal, com possível reenquadramento de duas condutas infratoras diferentes, aplicando-se, em consequência, duas modalidades de sanções diversas, vale dizer multa de uma vez o valor do imposto para as operações de falta de escrituração de notas fiscais de entrada no livro de entrada constante no SPED fiscal, e, ainda, outra sanção tipificada em omissão de arquivos da EFD inerentes às notas fiscais de saídas importando em aplicação de penalidade de 5% (cinco por cento do valor da operação), mesmo com as alterações das duas penalidades trazidas pela Lei 16.258/2017.

É correto e pacífico o entendimento em decisões desse Contencioso Administrativo Tributário – CONAT, que o método de fiscalização adotado pelas autoridades fiscais repousa em autorização legal imposta nos termos dos arts. 815, § 2º e 818 do RICMS (Dec. 24.569/97), vale dizer a conformidade legal de auditoria eletrônica com cruzamento de dados constantes nos sistemas fazendários tal e qual o banco de dados de notas fiscais eletrônicas destinadas a um contribuinte em face de sua escrituração fiscal digital EFD/SPED fiscal. Abaixo transcreve-se tais dispositivos.

Art. 815. Mediante intimação escrita, são obrigados a exhibir ou entregar mercadorias, documentos, livros, papéis ou arquivos eletrônicos de natureza fiscal ou comercial relacionados com o ICMS, a prestar informações solicitadas pelo Fisco e a não embaraçar a ação fiscalizadora:

(...)

§ 2º As diligências necessárias à ação fiscal serão exercidas sobre documentos, papéis, livros,

5


equipamentos e arquivos eletrônicos, de natureza comercial ou fiscal, sendo franqueados aos agentes do Fisco os estabelecimentos, depósitos, dependências, arquivos, móveis e veículos, a qualquer hora do dia ou da noite, se estiverem em funcionamento. (GN)

Art. 818. Quando, através dos elementos apresentados pela pessoa fiscalizada, não se apurar convenientemente o movimento do estabelecimento, colher-se-ão os elementos necessários através de livros, documentos, papéis ou arquivos eletrônicos de outros estabelecimentos que com o fiscalizado transacionaram, assim como nos despachos, nos livros, documentos, papéis ou arquivos eletrônicos de transportadores, suas estações ou agências, de estabelecimentos gráficos ou em outras fontes subsidiárias. (GN)

Assim considerado, as informações obtidas através dos sistemas corporativos da Secretaria da Fazenda do Ceará, mediante cruzamento de dados da Escrituração Fiscal Digital (EFD) do Contribuinte e das notas fiscais eletrônicas destinadas e emitidas pelo autuado se amolda em permissivo legal de procedimento executório a disposição do auditor fiscal no exercício de seu labor fiscal. Diga-se, *en passant*, que decorrência do avanço tecnológico em todas as áreas do conhecimento humano, tal procedimento de auditoria fiscal eletrônica se formata atuação se utilizando de método eficiente e de eficácia comprovada de averiguação fiscal que se afirma doravante às administrações tributárias.

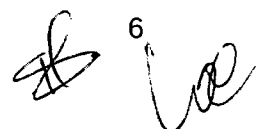
Adentrando-se o mérito da questão em lide, vejamos, pois, o que nos informa os dispositivos normativos quanto ao aspecto de escrituração dos fatos jurídicos tributários resultantes de suas operações, vale dizer os comandos, em especial para o caso que se cuida, pertinentes aos lançamentos na EFD.

O art. 276-A do Dec. 24569/97 assim dispõe:

Art. 276-A. Os contribuintes do ICMS ficam obrigados à Escrituração Fiscal Digital (EFD) nos termos e nos prazos estabelecidos nesta Seção.

§ 1º A Escrituração Fiscal Digital (EFD) constitui-se em um conjunto de escrituração de documentos fiscais e de outras informações de interesse do Fisco, bem como no registro de apuração do ICMS, referente às operações e prestações praticadas pelo contribuinte, em arquivo digital. (grifei)

§ 2º O arquivo de que trata o § 1º será obrigatoriamente submetido ao programa disponibilizado pela Sefaz e pela Receita Federal do Brasil (RFB), para validação de conteúdo, assinatura digital e transmissão.

 6

§ 3º O contribuinte está obrigado a escriturar e a prestar informações fiscais, em arquivo digital, referentes à totalidade das operações de entrada e de saída de mercadorias, das aquisições e prestações de serviços, dos lançamentos realizados nos exercícios fiscais de apuração e de outros documentos de informação correlatos, nos moldes do Manual de Orientação, Anexo Único, do Ato COTEPE/ICMS nº 9, de 18 de abril de 2008, ou outro que venha a substituí-lo. (Grifei)

Art. 276-G. A escrituração prevista nesta Seção substitui a escrituração e impressão dos seguintes livros:

I - Registro de Entradas;

II – Registro de Saídas (GN)

(...)

Discussões se sucederam no âmbito do Contencioso Administrativo Tributário (CONAT) do Estado do Ceará, de a EFD se tratar ou não de livro fiscal. Em suma, duas correntes se alojaram nas decisões de primeira e segunda instâncias, conquanto uma ter presente que de fato a EFD se afigurava um livro fiscal na modalidade eletrônica em que substituíra os demais livros físicos. Todavia, outra corrente aduzia em suas razões de que juridicamente e de fato a EFD se configurava declaração eletrônica das operações praticadas pelo contribuinte, não havendo mais que se falar em livros fiscais dado que substituídos por aquela escrituração eletrônica. Tais hesitações, nos parecem superadas, consequência das alterações trazidas pela Lei 16.258/2017 na redação das sanções postas no art. 123 III, “g” e V, “b” ao dispor expressamente sobre a terminologia “livros fiscais eletrônicos”, o que à evidência, atrai interpretação com alcance de sentido de que efetivamente a EFD se perfectibiliza um conjunto de livros fiscais de forma eletrônica.

Com efeito, não escriturar documentos fiscais na EFD/Entrada se subsume juridicamente em não escrituração de livro fiscal, e, para o caso *sub examine*, Livro Fiscal de Entrada, porquanto se traduz na penalidade específica para uma das condutas infratoras praticadas, e, ademais, não escrituração de notas fiscais de saídas se amolda tipificação fixada como omissão de informações nos arquivos da EFD, razão de ausência de tipificação específica nos moldes das operações de entrada. Todavia, como antes já relatado, dada a configuração jurídica da autuação no caso em concreto, situação peculiar, há de persistir a sanção de omissão de informações nos arquivos da Escrituração Fiscal Digital nos termos da alínea “L” do inciso VIII da Lei 12.670/96.

Corroborando com o raciocínio antes exposto, deflui de forma indubitável que o contribuinte é réu confesso haja vista não ter o mesmo, após o julgamento em primeira instância, interposto Recurso Ordinário à instância superior, peticionando, pois, o pagamento do auto de infração conforme a nova redação dada à penalidade pela Lei Estadual nº 16.258/2017 (art. 123, inciso VIII, alínea “I”, da Lei Estadual nº 12.670/96), de igual modo com os descontos admitidos pela Lei 16.259/2017 (REFIS) e Lei 12.670/96. Portanto, resta claro com essa conduta que o sujeito passivo objeto da autuação assentiu com a infração lhe imposta na acusação fiscal.

Convém trazer a lume que em face de legislação superveniente (Lei 16.258/97) decorreu alteração na penalidade ínsita no art. 123, VIII. "I" da Lei 12.670/96, o qual prescrevia a sanção de 5% (cinco por cento) sobre o valor das operações, modificando-se para a cominação de 2% (dois por cento) limitada a 1.000 Ufirse por período de apuração, atraindo a aplicação da penalidade mais benéfica conforme preceitua o art. 106, II, "c" do Código Tributário Nacional. Nesse sentido, resta cogente a alteração no valor estipulado a título de multa na presente acusação fiscal.

Diga-se, ainda, que os autos se encaminham a essa câmara de julgamento por força do Provimento 02/17 desse Contencioso Administrativo-Tributário.

É bem de ver, como bem relatado pela assessoria processual tributária, que o contribuinte efetuou recolhimento no valor de R\$ 828,28, decorrente da nova redação dada à sanção penal pela Lei 16.258/17 ao dispositivo legal do art. 123, inciso VIII, alínea "L" da Lei 12.670/96 e com os respectivos descontos legais. No entanto, percebe-se que o valor da multa, após os citados descontos, resultaria em R\$ 5.743,85 o valor da multa a ser aplicado, tendo, assim mesmo, o autuado efetuado recolhimento a menor. Transcreve-se abaixo o memorial de cálculo da parcial procedência da autuação.

Art. 123, VIII, Alínea "L" da Lei 12.670/96 com nova redação dada pela Lei 16.258/17:

ANO 2012	BC	MULTA 2%	MULTA 1.000 Ufirse	MULTA APLICADA
JAN	0	0	2.836,00	0,00
FEV	1.195,88	23,92	2.836,00	23,92
MAR	388.424,70	7.768,49	2.836,00	2.836,00
ABR	331.235,10	6.624,70	2.836,00	2.836,00
MAI	562.994,70	11.259,89	2.836,00	2.836,00
JUN	420.002,30	8.400,05	2.836,00	2.836,00
JUL	391.283,20	7.825,66	2.836,00	2.836,00
AGO	440.101,00	8.802,02	2.836,00	2.836,00
SET	375.891,80	7.517,84	2.836,00	2.836,00
OUT	759.060,90	15.181,22	2.836,00	2.836,00
NOV	2.033.235,68	40.664,71	2.836,00	2.836,00
DEZ	1.823.701,08	36.474,02	2.836,00	2.836,00
			TOTAL	28.383,92

Ufirse 2012 = 2,836

ANO 2013	BC	MULTA 2%	MULTA 1.000 Ufirce	MULTA APLICADA
JAN	898.083,17	17.961,66	3.040,70	3.040,70
FEV	369.173,30	7.383,47	3.040,70	3.040,70
MAR	50.769,63	1.015,39	3.040,70	1.015,39
	1.034.020,7			
ABR	9	20.680,42	3.040,70	3.040,70
MAI	366.733,55	7.334,67	3.040,70	3.040,70
JUN	315.310,65	6.306,21	3.040,70	3.040,70
JUL	364.080,99	7.281,62	3.040,70	3.040,70
AGO	18.816,92	376,34	3.040,70	376,34
SET	188.360,86	3.767,22	3.040,70	3.040,70
OUT	0,00	0,00	3.040,70	0,00
NOV	30.104,78	602,10	3.040,70	602,10
DEZ	162.303,09	3.246,06	3.040,70	3.040,70
			TOTAL	26.319,43

Ufirce 2013 = 3,0407

- 1) Total da Multa: R\$ 54.703,35
- 2) Desconto de 30% (inciso II do art. 127 da Lei 12.670/96), sobre o total da multa: R\$ 16.411,00
- 3) Valor após o desconto do item 2: R\$ 38.292,34;
- 4) Desconto de 85% (inciso I do § 1º do art. 2º da Lei nº 16.259/17 - REFIS), sobre o valor do item 3: R\$ 32.548,49;
- 5) Valor final da autuação após o desconto do item 4: R\$ 5.743,85

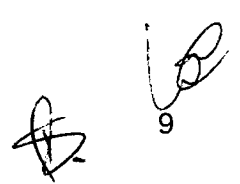
Com efeito, restou materializada a imputação fixada na acusação do presente feito fiscal consequência de violação ao disposto nos arts. 276-A, §§§ 1º, 2º e 3 e 276-G, I e II do Dec. 24.569/97, se fixando a penalidade prevista no art. 123, VIII, "L" da Lei 12.670/96 com nova redação dada pela Lei 15.258/17.

Do exposto, pelas linhas traçadas anteriormente, com reforma da decisão singular, decidi-se pela PARCIAL PROCEDÊNCIA do feito fiscal nos termos deste voto.

CRÉDITO TRIBUTÁRIO

MULTA: R\$ 5.743,85

É como voto.



DECISÃO

Vistos, discutidos e examinados os presentes autos, em que é Autuada:
COMERCIAL DE MIUDEZA FREITAS LTDA – 065909909,

A 1ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, com base no Provimento nº 02/2017, resolve por unanimidade de votos, julgar PARCIALMENTE PROCEDENTE a presente acusação fiscal, com aplicação da Lei nº 16.258/2017 e com os benefícios concedidos pela Lei nº 16.259/2017 (REFIS), nos termos do voto do Conselheiro Relator e de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, referendado pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. Presente, para apresentação de sustentação oral do recurso, o representante legal da recorrente, Dr. Carlos César Souza Cintra. Ausente, por motivo justificado, o Conselheiro José Gonçalves Feitosa.

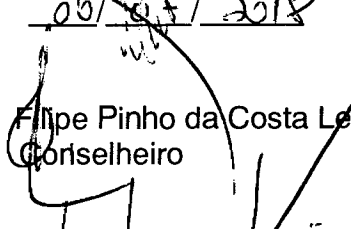
SALA DA SESSOES DA 1ª CAMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTARIOS, em Fortaleza, aos 06 de 07 de 2018.


Manoel Marcelo Augusto Marques Neto
Presidente


Mateus Viana Neto
Procurador do Estado


06/07/2018

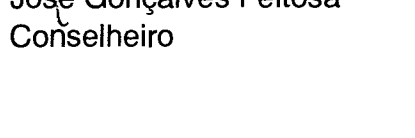

Valter Barbalho Lima
Conselheiro


Filipe Pinho da Costa Leitão
Conselheiro


Maria Elineide Silva e Souza
Conselheira


José Gonçalves Feitosa
Conselheiro


Leilson Oliveira Cunha
Conselheiro


Matheus Fernandes Menezes
Conselheiro